



## Como tratar dos judeus no ensino de Idade Média?

How to Deal with the Jews in the Teaching of the Middle Ages?

Sergio Alberto Feldman\*

**Resumo:** O artigo objetiva ser uma reflexão didática sobre a inserção curricular da presença judaica no medievo cristão com a intenção de gerar reflexões nos alunos sobre o preconceito milenar antijudaico. Insere uma análise da presença judaica no Ocidente medieval cristão e sugere recortes temáticos e propostas de uso de obras historiográficas com ajuda de recursos cinematográficos.

**Palavras-chave:** Judeus. Preconceito. Idade Média.

**Abstract:** The article aims to be a didactic reflection on curriculum integration of Jewish presence in medieval Christian with the intent of generating reflections on students over the ancient anti-Jewish prejudice. Inserts an analysis of the Jewish presence in the West and suggests medieval Christian thematic clippings and proposed use of historical works with the help of cinematographic features.

**Keywords:** Jews. Prejudice. Middle Ages.

### Introdução

O ensino da História medieval não nos alija da realidade de nossos dias. Para algumas pessoas o medievo se revela meio lendário e por vezes etéreo, pairando no ar, como se fosse uma história de um mundo irreal e imaginário. Na nossa compreensão isso não é exato e se aceitarmos essa premissa, acabaremos por não utilizar o estudo da Idade Média por acharmos que não traz contribuição aos nossos alunos. A Idade Média ainda está presente em nosso cotidiano e pode nos ensinar muito, tanto do passado que ela representa, quanto da realidade cotidiana que tem muitas permanências e continuidades do medievo.

Muitas de nossas crenças e muitos de nossos preconceitos provêm do medievo. Alguns influenciam a sociedade com valores culturais e artísticos, religiosidade e filosofia, já outros nos legaram preconceitos, mitos e superstições. Não se trata de uma era das trevas e tampouco de uma era repleta de modelos a serem incorporados: é uma complexa herança de valores e saberes, ora recicláveis e úteis na nossa formação cultural e ética, ora opostos a nossos princípios de vida. Numa era de diversidade cultural e de diálogos interconfessionais e interétnicos, de busca de respeito às minorias segregadas historicamente, refletir a partir do medievo, sobre um desses agrupamentos discriminados e hostilizados pela maioria dominante, é um exercício de reflexão enriquecedor e necessário.

O intuito deste breve ensaio é repensar a história da minoria judaica na Idade Média e refletir sobre o sentido de se estudar a história de uma religião segregada e perseguida, para entender as projeções contemporâneas desse preconceito, que resultaram de maneira indireta, mas efetiva, no Racismo do século 19, na doutrina do Arianismo e no massacre dos judeus pelos nazistas durante a Segunda Grande Guerra Mundial. E de uma maneira relativa na forma que certos setores da academia e da imprensa transportaram o preconceito antijudaico medieval e o transformaram em uma aguda crítica e uma negação agressiva do nacionalismo judaico. Isso não é um consenso, mas demonstra um fenômeno de longa duração, ao modelo braudeliano. O preconceito se transforma numa sutil mutação, mas persiste nas tessituras do discurso.

É evidente que há diversos tipos de públicos e seria adequado, diferenciá-los. Pensamos em ensino formal e nas disciplinas de História. O tema pode ser usado em literatura, artes, filosofia. Adequar-se-ia ao nível superior. Definimos a faixa etária de alunos das duas últimas séries do ensino fundamental e da primeira e segunda série do ensino médio como nosso público alvo. Ou seja, adolescentes e jovens. Não descartamos o uso deste projeto em cursos universitários na área de Ciências Humanas, obviamente redimensionados. O propósito deste breve ensaio é gerar subsídios e informações para professores e por meio destes para seus alunos. O significado e a importância da história e da cultura judaicas são difusos para esse público. Os judeus são valorizados ao extremo por seguidores de algumas religiões e confissões e visto com preconceito por outras. O preconceito se perpetua, caso não seja discutido, analisado e repensado. O propósito dessa breve análise não é esgotar o tema, mas gerar algumas reflexões e sugerir alguns roteiros de estudo e algumas bibliografias em língua portuguesa.

Assim, vamos refletir brevemente sobre a importância de inserir no currículo um recorte para a história judaica medieval de uma maneira ampla, no intuito de repensar valores e ideias enraizadas. O estudo da história medieval serve de marco referencial para uma questão inicial: um grupo minoritário segregado e perseguido em vários períodos da história, vivendo, por vezes, como párias e excluídos da sociedade global, sobreviveu de maneira que intriga a e questiona a maioria dos pensadores, sejam historiadores, filósofos e teólogos. Nesse aspecto o tema tem um interesse universal: como pode uma minoria segregada e perseguida sobreviver e superar as adversidades? Alguns adotarão explicações religiosas: trata-se do povo de Deus, eleito e consagrado para uma missão. Outros, tais como os historiadores de formação marxista direcionarão para uma explicação socioeconômica que mesmo esclarecendo alguns aspectos importantes, compreendem apenas uma faceta da complexa questão.<sup>1</sup> Optaremos por não tentar solucionar o enigma, mas elucidar questões mais educativas, como usar esse tema tão fascinante para educar para a diversidade. Numa era de diálogo e respeito a diversidade religiosa e cultural, o olhar do passado por um espelho retrovisor, pode gerar sutis esclarecimentos. O enigma pode ser entendido parcialmente se analisarmos alguns de seus aspectos.

### **1 Sobrevivendo através da História: imagem social e autoimagem do judeu**

O conceito tradicional da história medieval tem por parâmetro central o esgotamento das cidades no limiar do mundo antigo e no início do período medieval. Alguns autores definem esse período de transição como específico e o denominam de Antiguidade Tardia. Nesse período a maioria da população transita da cidade na direção do campo, num movimento oposto ao que ocorrerá no período que se sucede no final do medievo e na modernidade. No caso judaico é diferente: para os judeus é o oposto. Tanto no mundo muçulmano, onde as cidades resistem e por vezes florescem, quanto no Ocidente medieval no qual as cidades se esvaziam e empobrecem, vemos os judeus saindo do campo e se concentrando nas cidades. Tornam-se urbanos e concentram-se em ofícios como artesanato ou comércio. No Ocidente medieval há vários fatores, mas a proibição de terem escravos cristãos ou pagãos e o impedimento absoluto de terem servos os impede de cultivar as terras, de maneira adequada a época.<sup>2</sup> Migram do campo à cidade. Nisso já se diferenciam dos cristãos na Alta Idade Média. Diz Ben Sasson (1988, p. 466): “Progresivamente, la vida urbana pasó a ser la forma normal de existencia de los judíos en todos los países. Finalmente habían de acostumbrarse a vivir en las ciudades, y el campo les resultaría extraño y desconocido”. A afirmação vale tanto para as terras ocupadas pelo Islã, quanto para a cristandade ocidental.

A interpretação da história medieval cumpre um papel importante para a compreensão do passado e da criação da imagem judaica pela sociedade cristã e da autoimagem que o judeu criou para resistir. A sobrevivência judaica por meio dos tempos é de difícil entendimento. Para os judeus os motivos de tal resistência seriam a escolha e a proteção divina e isso ajuda a configurar a identidade coletiva e a forte resistência do grupo. Isso pode ser uma ilusão coletiva, mas reforça a identidade do grupo. O tema não é tão simples e linear, pois não acreditamos em explicações metafísicas e entendemos que há

razões complexas. Outra linha de reflexão é analisar a partir da hostilidade externa, pois a discriminação em si mesma pode oferecer outra vertente explicativa. A pressão externa gerou a resistência interna e criou mecanismos religiosos, culturais e sociais de sobrevivência coletiva. Uma rica vida espiritual e cultural serviu de abrigo diante da hostilidade externa. Eis aqui uma das vias de compreensão desse fenômeno de continuidade da minoria. Essa explicação se assemelha a tese sartriana em que a persistência do preconceito mantém a coesão interna do grupo discriminado. O filósofo francês reflete sobre a dificuldade do judeu se integrar na sociedade contemporânea, mas há semelhanças com a realidade medieval. Ele diz: “O que os une [aos judeus], muito mais que o sofrimento de dois mil anos, é a hostilidade presente dos cristãos” (SARTRE, 1995, p. 65). Adiante refletiremos sobre essa posição.

Os judeus foram segregados e excluídos dos processos políticos e das instituições dominantes, controladas pelas autoridades cristãs e pela Igreja cristã medieval. No intuito de isolá-los, as autoridades laicas e religiosas criaram uma espécie de “cordão sanitário” e os judeus receberam autonomia jurídica e religiosa interna em suas comunidades. Esta autonomia interna foi uma das marcas características da vida judaica na Diáspora, desde tempos remotos e muito antes do Cristianismo se tornar hegemônico. Este autogoverno somado à segregação do meio externo hostil, permitiu aos judeus viver sob leis judaicas, dar continuidade aos estudos judaicos, praticar tradições e costumes judaicos em suas comunidades de maneira razoavelmente isolada. O sistema político descentralizado que existiu em boa parte do Ocidente medieval estimulou esta autonomia interna dos judeus. E a distância dos grandes centros judaicos na Babilônia (Mesopotâmia) ocupado desde o século 7, pelos muçulmanos, estimulou o autogoverno nas comunidades judaicas espalhadas pela Cristandade medieval. Diz Ben Sasson (1988, p. 514): “Cada comunidad era, por consiguiente, autónoma con respecto a las demás”.

A partir da associação da Igreja com o Baixo Império, houve um cerco em torno dos judeus e se criaram barreiras para impedir a convivência e o “contágio” do Judaísmo antigo com o Cristianismo nascente. E surgiram leis e restrições à vida judaica. Algumas foram inseridas na *Lex romana*, tais como os Códigos Teodosiano e Justiniano (FELDMAN, 2001). As monarquias bárbaras também adotaram leis segregadoras em suas legislações (FELDMAN, 2002). A Igreja editou centenas de cânones, bulas papais, epístolas e ordenações de todos os tipos para controlar e “cercar” os judeus evitando que mantivessem relações cordiais com os cristãos e pudessem influenciar os fiéis com suas concepções religiosas.

O mundo circundante era hostil e ciclicamente gerava ondas de perseguição e até algumas vezes matanças se sucediam. O Medieval surge nessa interpretação historiográfica, aos olhos de alguns historiadores e intelectuais judeus, como uma sucessão de crises e tragédias: exemplos de massacres de judeus perpassam todos os momentos de crise no mundo cristão. Isso tem fundamento em fatos reais e em farta documentação. Essa realidade gera uma visão da história judaica que se torna uma sucessão de eventos trágicos, perseguições e massacres. Seria simplista reduzir a história judaica às crises e ao sofrimento. Ainda assim alguns autores fizeram isso: resumiram a história judaica ao preconceito. Isso é no mínimo reducionismo. Uma rica criação cultural existiu e serviu de referência para a continuidade do grupo.

O Milênio (ano Mil), as Cruzadas, a Peste Negra são os exemplos maiores de inúmeros momentos, falando se apenas do Medieval, nos quais se massacraram milhares e por vezes até centenas de milhares de judeus (POLIAKOV, 1979). A memória coletiva judaica registra inúmeros momentos de crise e extermínio que culminam no Holocausto judeu no século 20. Ainda assim a vida judaica na Idade Média foi mais que uma sucessão de fatos trágicos, calamidades e extermínios.

## 2 O modelo comunitário e a autonomia judaica: ontem e hoje

A Idade Média configurou elementos diversos que tem uma relativa permanência e continuidade na vida judaica. A mais importante dessas é a criação de um estilo de vida comunitário. Na cidade medieval havia um bairro: *Judengasse*, espécie de rua ou bairro judaico em países de língua alemã, ou a *Juderia*, ou bairro judaico, nos reinos ibéricos, atuais Espanha e Portugal, e o renomado *gueto* (*borgetto* = pequeno burgo e talvez *guett*, divórcio, no jargão judaico-alemão *Idish*). Um espaço geralmente isolado, muitas vezes discriminado, mas autônomo. Isso permitia uma vida rica em religiosidade e cultura. E não havia alternativa: era ser judeu ou ser cristão? No bairro judaico imperava a vida judaica e as normas de um cotidiano judaico: a Lei judaica ou *Halachá* era a lei vigente. Diz Grayzel (1947, p. 314): “All Jews belonged to the Jewish community. [...] If he refused to accept the regulations imposed by the Jewish community, including Jewish religious observances, he could be punished”. A autonomia fazia com que os judeus se enquadrassem e obedecessem a Lei judaica e as autoridades judaicas.

O cotidiano judaico medieval na rua ou no bairro judaico era repleto de espiritualidade. Rezava-se três vezes ao dia. Estudavam-se as Escrituras e a Lei oral (*Talmude*). Debatia-se à exaustão o significado de um trecho da *Torá*, Pentateuco, ou do *Talmude*. O estudo e o debate, somados as celebrações do *Shabat* (sábado) e das festas eram o eixo de uma vida comunitária rica e intensa. O saber era valorizado e se desconhecia o analfabetismo. Passava-se toda a vida estudando, se isso fosse possível, diante das condições de vida. O valor do livro era incomensurável, isto já antes da invenção da imprensa.

Os livros escritos manualmente eram estimados e valorizados sendo acervos familiares de muita estima. Diz Ben Sasson (1988, p. 618), falando do medievo judaico: “Durante todo este período y en la totalidad de la diáspora, los libros eran respetados y apreciados, y existen pruebas de ello que se remontan hasta los siglos X y XI”. Ainda que houvesse diferentes posturas em regiões e em recortes cronológicos distintos, há uma uniforme importância dos estudos. No mundo ibérico ou sefardita, a elite era mais culta e diferia dos judeus de menos posses, que eram místicos e ainda que letrados, na sua maioria, menos cultos que os ricos; já no mundo judaico norte europeu e na Europa central (e posteriormente oriental) havia certo nivelamento cultural, que era comum a todos os setores sociais da comunidade judaica. Diz novamente Ben Sasson (1988, p. 618): “El nivel educativo de todos los grupos de la comunidad era probablemente más uniforme que aquí en España y los países islámicos”. Ainda assim a educação e o saber, principalmente relacionado com a religião eram fatores identitários e mecanismos de resistência do grupo minoritário.

Esse modelo persistiu após a Idade Média, migrando com os judeus à Europa Oriental na era moderna. Cruzou o Atlântico com os imigrantes judeus dos séculos 19 e 20. A comunidade judaica foi refeita em modelos ocidentais, mas segue existindo por meio de escolas, sinagogas e clubes judaicos. Trata-se da permanência de uma instituição judaica medieval, repensada e reconstruída em padrões contemporâneos. A Revolução Francesa e a legislação homogeneizante de alguns países europeus ocidentais acabaram com a jurisdição separadora, mas não impediram que a vida religiosa e cultural fosse preservada. Os judeus obtiveram cidadania e igualdade jurídica, mas seguiram vivendo próximos e mantendo, em parte, suas comunidades. Parcelas representativas dos judeus se distanciaram de suas tradições, mas outras seguiram mantendo-as.

Os judeus transplantaram no Novo Mundo (USA, Argentina e Brasil, por exemplo) as instituições e os costumes de seus ancestrais: as comunidades judaicas medievais serviram de modelo. Eram organizadas sem leis separadoras, mas com sinagogas, escolas, bibliotecas, clubes, cemitérios, abatedouros “*kosher*” (de acordo a lei dietética judaica), e outras instituições.

Recordações do medievo aparecem em hábitos e costumes. Nos textos sacros isso é mais visível e claro. No aspecto religioso, por exemplo, os livros de orações têm consideráveis partes retiradas da Bíblia, mas a poética religiosa judaica medieval povoa as páginas do livro de orações, o *Sidur*. Um

exemplo é a oração *Lechá Dodi* rezada na sexta feira, que é um acróstico com o nome de seu autor nas letras iniciais de cada verso. Um poema medieval que se tornou uma oração. Há muitos outros que, por vezes, derivam de trechos dos salmos ou dos profetas, mas são recriados e ampliados com textos derivados e criam uma poética medieval religiosa judaica. Exemplos deste caso são as orações *Adon Olam*, *Ana Bechoach* e duas orações baseadas nas concepções do filósofo e rabino Maimônides: *Ani maamin* e *Igdal* que se fundamentam nos treze princípios do Judaísmo, na ótica maimonidiana (FRIDLIN, 1997, p. 250-252, 273, 249, 120, 273).

Há crenças e costumes judaicos surgidos no Medievo. Outros são originários do mundo antigo, mas repensados e mantidos sob uma releitura medieval, tais como a quebra do copo no casamento. Uma continuidade de quase dois mil anos.

### 3 A contribuição cultural dos judeus no mundo medieval

O Judaísmo resistiu através dos tempos por múltiplas razões. Algumas crenças religiosas fortaleceram a coesão grupal. Consideravam-se herdeiros de um pacto com Deus e associados a uma missão espiritual que postulava a sua condição de “povo eleito”. A pressão cristã sobre os judeus não alterou na consciência coletiva judaica esta autoimagem, pelo contrário, acabou por fortalecer a solidariedade e a ajuda entre membros das comunidades e gerou uma vasta literatura religiosa. A resistência cultural e religiosa servia, entre outras motivações, para contrapor aos argumentos antijudaicos.

A maior destas obras é uma imensa obra coletiva denominada *Talmude*. Editada em duas partes principais (*Mishná* e *Guemará*) e em duas versões principais, uma em Israel (*Talmude* de Jerusalém) e outra na Mesopotâmia (*Talmude* Babilônico). Foi escrito e editado ainda no final do mundo antigo, mas recebeu adendos e comentários durante a Idade Média. É uma vasta coleção de volumes e repleto de divisões e subdivisões menores, tratados e livros adicionais. Tem como ponto de partida os textos sagrados da Bíblia hebraica (denominada pelos cristãos como Antigo Testamento) do qual os sábios foram gerando uma imensa quantidade de novas leis e reflexões.

Um amplo livro de regras de vida cotidiana, de todos os tipos. Grayzel (1947, p. 241) explica: “The Talmud thus served as a unifying element among the Jews. It prescribed the fundamental of their life. It helped to bind them together in action and in thought. It even united them in language [...]”. Os judeus medievais criaram uma unidade cultural, seja nas terras sob o domínio da Cristandade, seja nas terras sob o domínio do Islã: o *Talmude* os conectava em gestos, atitudes, valores e uma legislação unificada. Isso facilitava relações comerciais entre judeus do Oriente e do Ocidente, gerando uma vanguarda judaica no comércio internacional em pleno medievo.

Após a edição dessas coletâneas, são agregados comentários e novas análises que criam uma imensa literatura religiosa, cultural e filosófica que nunca se esgota. A cada nova edição do *Talmude*, novos comentários surgem. Assim camadas e mais camadas de comentários e reflexões se superpõe. Há coletâneas de lendas que ilustram os valores e as questões morais. O Judaísmo tardo antigo e medieval é o mundo do *Talmude*. Nas palavras de Grayzel (1947, p. 242): “From now on we shall meet the Talmud again and again as a force in the survival of the Jewish people. We shall see how it kept alive their hopes and courage, their culture and their faith in God”.

A conclusão da obra talmúdica não fez cessar os comentários e criar novas respostas para novas perguntas. Os comentários e análises mantêm os judeus coesos, atentos às novas problemáticas do cotidiano e centrados na sua realidade comunitária. O *Talmude* é mais uma das defesas e proteções culturais que cercam as comunidades e as protegem das pressões do mundo externo e hostil.

Academias rabínicas (*ieshivot*) vão sendo criadas sucessivamente através dos anos em lugares diversos. De início, elas estão limitadas a Israel e à Babilônia. A partir do século 10 começam a surgir academias talmúdicas na Espanha medieval (Sefarad) e na região do norte da França e no sul e

sudoeste da Alemanha (Ashkenaz). Algumas delas adquirem um status de liderança regional e legislam, julgam em segunda instância e criam escolas de nível médio e superior. O estudo, além de ser uma maneira de aprendizado das crenças e das regras e práticas de vida se torna um mecanismo de identidade, de resistência e de cultura.

Os judeus se engajam nos estudos de maneira intensa. O analfabetismo é raro, quase inexistente nas comunidades judaicas medievais. Salvo em períodos de crise, após massacres, sempre existiram escolas e casas de estudo ou *Beit Midrash* nas comunidades judaicas. Por isso os judeus se tornaram um dos poucos elementos do medievo que se dedicaram, de maneira intensa e em todos os estratos sociais, ao estudo. Isso ajuda a explicar a forte presença judaica em saberes e profissões tais como: medicina, filosofia, astronomia/astrologia, literatura, cartografia e muitas outras. A exceção notável são as artes plásticas: os judeus não podiam “criar imagens”, daí sua ausência na pintura e na escultura. Isso por causa do segundo mandamento.

Sobre o nível dos estudos entre os judeus que viviam sob o Islã nos afirma Ben Sasson (1988, p. 615): “El nivel medio de educación era muy elevado incluso entre los niveles menos acomodados y en el conjunto de los países musulmanes, aparte el caso de España”. Ainda que haja muitas diferenças entre os judeus que viviam sob o Islã, espaço no qual havia diferenças de origem socioeconômicas agudas, e os que viviam em território sob o domínio da Cristandade, há algumas sutis intersecções. As diferenças sociais nas comunidades judaicas no Ocidente medieval cristãos eram bem menores e a solidariedade entre os membros das comunidades eram maiores. No que tange à educação se mantém um nível elevado. Diz Ben Sasson (1988, p. 616): “En las comunidades askenazies del noroeste de Europa existían escasa diferencias entre los distintos estratos de la sociedad, dentro de un nivel de educación general que podía ser calificado de elevado”.

A contribuição dos judeus à expansão da filosofia no Ocidente é perceptível. Alguns dos tradutores das obras clássicas eram judeus, pois por vezes sabiam o árabe e o latim (na Península Ibérica) além do hebraico e do aramaico. Participam da difusão do saber de maneira notável, tanto na Espanha muçulmana (*Al Andalus*) e, sobretudo na cidade castelhana de Toledo, onde ajudam na intermediação dos saberes, quanto na Europa cristã, ainda que nesse caso de maneira mais tímida e contida. Uma obra coletiva editada pela Unesco, e traduzida pela e reeditada em português pela Editora Perspectiva é a “Vida e valores do povo judeu” que analisa a evolução da cultura judaica através dos tempos, mas tem quatro capítulos dedicados ao mundo medieval: o nono sobre o Islã, o décimo sobre a comunidade judaica da Provença, o décimo primeiro sobre os judeus da Europa do Norte (*Ashkenaz*) e o décimo segundo sobre os judeus da Espanha medieval (UNESCO, 1972). Os quatro artigos são muito ilustrativos da cultura judaica medieval.

Alguns exemplos individuais que se sobressaem. O médico e filósofo judeu medieval Maimônides foi homenageado pela UNESCO, que decretou o ano de 1985 como ano internacional de Maimônides devido a sua vasta obra. A biografia dele, escrita por Gerard Haddad foi traduzida ao português. Uma obra geral denominada *Judaísmo e medicina*, de autoria de Jayme Landmann, foi editada pela Editora Imago, e dedica um trecho ao *Rambam* Maimônides.

A Cabala ou mística judaica teve suas origens no Medievo. O livro sagrado denominado *Zohar*, tem sua autoria atribuída a um sábio judeu do mundo antigo, mas a crítica determina que seu autor tenha sido Abraão Abulafia que viveu na Espanha medieval. Muitas das obras de Gershon Scholem analisam a evolução da mística judaica através dos tempos. Duas estão traduzidas em português pela Editora Perspectiva: *A mística judaica* e *A Cabala e seu simbolismo*.

#### 4 Opções curriculares

O estudo do período medieval pode ser feito através de algumas opções curriculares. As mais usuais seriam: a) Temporal-espacial; b) Temática; c) Cultural.

A proposta tempo-espacial seria elaborada sob um foco ordenado de tempos e espaços. Os períodos poderiam ser estabelecidos em paralelo aos vigentes na história medieval:

a) Fim do mundo Antigo e primórdios do Medieval. Os subtemas seriam: 1) Os judeus no Baixo Império: legislação antijudaica; 2) A Patrística cristã e o problema judaico; 3) A consolidação do *Talmude* e sua inserção na vida judaica. [Temporalidade: de 325 a 711].

b) A alta Idade Média. Os subtemas seriam: 1) Os judeus no Império Carolíngio; 2) O comércio internacional judaico; 3) Os judeus sob o Islã clássico: I) Os povos do Livro e a tolerância nos primórdios do Islã; II) A era de ouro dos judeus em Al Andaluz (Espanha islâmica). [Temporalidade: de 711 a 1000].

c) A transição e a crise. Os subtemas seriam: 1) O crescimento europeu e seus efeitos na vida judaica: do comércio à usura; 2) Do ano Mil às Cruzadas: massacres e perseguições; 3) A Igreja medieval e a questão judaica; 4) A vida comunitária judaica; 5) A religião e a cultura judaica em *Ashkenaz* (N. da França e Alemanha medievais) e em *Sefarad* (Península Ibérica). [Temporalidade: de 1000 a 1300].

d) A era das Trevas. Os subtemas seriam: 1) Os estereótipos antijudaicos medievais; 2) O gueto medieval e as expulsões da Europa ocidental; c) Os primórdios da comunidade judaica polonesa; d) As conversões forçadas nos reinos ibéricos e a Inquisição. [Temporalidade: de 1300 a 1492].

A proposta temática seria elaborada sob um foco flexível. Uma variedade de temas poderia ser adotada. Um exemplo seria a imagem do judeu na sociedade.

Os subtemas poderiam ser: a) A ótica dos judeus sob a patrística cristã *versus* a legislação antijudaica do Baixo Império; b) A tolerância dos judeus no período dos califados (Islã clássico); c) A função econômica dos judeus e a tolerância imperial sob os carolíngios; d) O crescimento da Europa (séculos 9 e 11) e a exclusão dos judeus: efeitos a curto e médio prazo; e) A Igreja medieval e os judeus: I) concepções teológicas dos judeus e do Judaísmo; II) os estereótipos antijudaicos; III) as perseguições: Cruzadas, Peste Negra e conversões forçadas nos reinos ibéricos.

Outro exemplo temático seria uma proposta curricular cultural (terceira proposta).

Essa só é adequada para alunos com embasamento histórico. Sugerimos que seja usada apenas para alunos de segundo grau e até para universitários em certos casos. Uma das possibilidades é mesclá-la com literatura e filosofia, num currículo multidisciplinar. Uma das possíveis formatações simplificadas seria: a) a Lei oral: a elaboração e a ordenação da vida judaica sob o *Talmude*; b) A comunidade judaica da Babilônia: diálogos e convergências com a filosofia; c) *Al Andaluz*: a civilização muçulmana na península Ibérica e a idade de Ouro judaica; d) A idade de Prata: da filosofia de Maimônides à mística judaica. e) As academias e os sábios de Ashkenaz: Gershon de Mainz e Rashi. f) Hassidismo alemão.

## 5 Material didático e bibliografia

Os materiais didáticos oferecem um sério problema há anos. As únicas obras didáticas que foram editadas, o foram através da rede escolar judaica em SP e RJ. A maioria das escolas judaicas utiliza materiais xerocados geralmente traduzidos ou adaptados de obras israelenses ou americanas. A única obra editada e mantida em circulação nacional remonta aos anos setenta do século passado, ou seja, mais de trinta anos. É a coletânea, denominada os “Caminhos do povo judeu”, editados, em quatro volumes pela Federação Israelita do Estado de São Paulo. Dois de seus editores foram Renato Mezan e Rifka Berezin, dois intelectuais de respeito e competência, auxiliados por equipes de pesquisadores. Os livros não foram reeditados e nem adequados a novas realidades, ficando uma lacuna. Alguns de seus volumes voltaram a ser comercializados, recentemente pela editora Sefer.

Algumas escolas adaptaram textos americanos como a edição para jovens do livro do diplomata Aba Eban. Outros traduziram coletâneas de *Sunday Schools* norte-americanas.

Entre os livros de consulta traduzidos podemos referenciar alguns tradicionais: o clássico de Simon Dubnow escrito nos anos que antecederam a segunda grande guerra; o livro de Aba Eban editado no Brasil na década de oitenta; o livro de Paul Johnson que analisa de maneira ampla a história universal judaica. As duas enciclopédias judaicas traduzidas ao português têm livros direcionados à história judaica: a dos anos sessenta (edição única em 1967) tem o excelente livro de Solomon Grayzel (*História geral dos judeus*: volume sete) e o livro de H. Sachar (*Judeus nos tempos modernos*, volume oito), o conjunto foi impresso pela editora Tradição (RJ); já a nova Enciclopédia Judaica (editada em 1990, ou seja, há duas décadas) tem os dois volumes de Robert Seltzer denominados “Povo judeu: pensamento judaico”, tematizados na cultura e na história, editados no RJ pela Koogan. A coleção foi reeditada e é comercializada pela editora Sefer. Todos os livros citados são gerais e não conhecemos nenhuma obra específica em língua portuguesa sobre os judeus no período medieval. A dificuldade de achar estes livros é real, pois tiveram edições limitadas. Não resta dúvida que haja inúmeras edições de livros de história judaica inseridas em obras gerais. Mas a maioria contém dois ou três temas: Israel bíblico, o Holocausto, e o conflito árabe-israelense. O mundo medieval judaico se restringe a inserção de trechos de obras gerais.

## **6 Ensino de história judaica medieval: por quê?**

A história judaica medieval não é percebida à primeira vista pelo estudante. Ainda que persistam muitos dos valores e saberes judaicos na cultura ocidental, estes já foram filtrados pela sociedade cristã e não se fazem perceber. Para que inserir algum tópico do programa de história medieval que analise a vida judaica no medievo?

Um dos motivos seria a percepção das raízes do preconceito antijudaico medieval que tem profundas raízes e tem continuidade através dos séculos, tendo se iniciado no mundo antigo e chegando até o mundo em que vivemos. A maior parte dos estereótipos antijudaicos foi construída no processo de expansão do Cristianismo. A nova religião concorria com a religião-mãe, o Judaísmo. Jesus e os apóstolos eram judeus praticantes e não deixaram de sê-lo por todas suas vidas. As pregações dos apóstolos eram proferidas em sinagogas, onde eram recebidos como “irmãos de sangue e de fé”. Por outro lado, alguns judeus se opunham ao Cristianismo e houve conflitos. Assim há proximidade e conflito neste período inicial.

A separação das duas religiões se inicia, a nosso ver, em dois momentos: a) no concílio de Jerusalém (entre 49 e 55 d. C.) no qual se aceitam conversões por meio do batismo e não necessariamente pela circuncisão, gerando uma expansão das conversões e um distanciamento do Judaísmo; b) na revolta contra Roma entre 66 e 70 d. C. em que os judeus não tiveram apoio dos cristãos e foram derrotados por Roma. Como nos relata Poliakov (1979, p. 17) sobre Paulo de Tarso que coordena esta virada: “[...] São Paulo, nos explica o Novo Testamento, tomou a decisão capital de dispensar os prosélitos cristãos dos mandamentos da Lei e da circuncisão – e num golpe, mudou o curso da história mundial”.

A separação se consuma nos séculos seguintes e a concorrência se agudiza. O Cristianismo se expande entre os gentios e rompe com o Judaísmo. O Império Romano hostiliza os cristãos por dois séculos e meio: ciclos de perseguições e sacrifícios de mártires fortalecem a nova fé. Roma não consegue destruir o Cristianismo e trata de se aliar com a Igreja no início do séc. IV. A Igreja se torna hegemônica e protegida pelos imperadores. Então se volta contra os dissidentes de “dentro” (hereges) e contra os dissidentes de “fora”: judeus e pagãos. Os judeus são vistos como o adversário mais importante: se consideravam os detentores da Revelação do Sinai e do pacto com Deus. A concorrência se acentua ainda mais. Poliakov (1979, p. 20) reflete que isso redundará em preconceito e discriminação:

E o dilema continuava sempre aquele: para interpretar corretamente o Velho Testamento quem mais qualificado, senão o povo ao qual foi dado e que o conservou através dos séculos? Se, em consequência, cristãos e judeus continuavam competir junto aos gentios, o Judaísmo podia perfeitamente atrapalhar e atrair muitos adeptos do Cristianismo nascente. Tal fato nos reconduz à rivalidade propriamente doutrinária, cuja expressão última se encontra no que se denominou “antissemitismo teológico”.

Quem seria o herdeiro da Revelação divina e das Escrituras Sagradas (Bíblia)? Judeus? Cristãos? Essa herança espiritual e a escolha de Deus eram fundamentais para ambas as religiões. O conflito se torna vital para a uma suposta Verdade e a “razão de ser” das duas crenças. Com a aproximação ao Império, a Igreja pode controlar seu “concorrente”, o Judaísmo. Há leis imperiais que restringem a vida judaica, o poder e as liberdades judaicas (FELDMAN, 2001). Os judeus perdem espaço na sociedade, mas são mantidos e não podem ser destruídos. Servem para um plano futuro: seriam convertidos na “segunda vinda de Cristo” (FELDMAN, 2004).

Esta dialética de relações fará os judeus sobreviverem sob condições de inferioridade jurídica e social através da Idade Média. São tolerados e controlados: não podem ter escravos e nem servos cristãos; exercer poder sobre cristãos; ter contatos e proximidade com cristãos, salvo os comerciais, de maneira eventual e restrita. Tornam-se uma espécie de “grupo segregado”, muitas vezes protegidos por leis especiais e por governantes (imperadores, reis, nobres e até o clero) que exploravam o comércio (e mais tarde a usura judaica) e os taxavam de maneira exagerada. Devido a essa função são protegidos em certos períodos por sua importância econômica. A historiografia marxista elabora uma teoria de que os ciclos de proteção e perseguição se relacionam diretamente, com a importância ou não do exercício destas funções no contexto socioeconômico do período. A agricultura não pode ser exercida por falta de segurança e por falta de mão de obra, devido às restrições de posse de servos e/ou de escravos. Os judeus são direcionados inicialmente ao comércio e na sequência ao empréstimo de dinheiro a juros (FELDMAN, 1999).

A Igreja alterna posturas contraditórias e complementares, por vezes a um só tempo. Não estimula perseguições e nem conversões forçadas, mas elabora um projeto de evangelização que ciclicamente investe sobre os judeus na tentativa de convertê-los e ajudar no projeto divino do Milênio: converter os judeus é uma condição importante para o retorno de Cristo e o Juízo Final. Isso só acentua a resistência judaica. Na opinião de Jean Paul Sartre (1995) na obra *Reflexões sobre o racismo* a continuidade judaica se deve a discriminação e ao preconceito que os cerca. Os judeus cercados pela sociedade cristã constroem “a cerca interna” por intermédio da cultura e da religião, respondendo ao preconceito e se isolando do mundo externo.

Diante da teimosia e relutância dos judeus em abraçar a fé cristã, os papas e o pensadores cristãos analisam e explicam de maneira agressiva esta atitude: a teimosia judaica é um projeto maligno que tem como associados de um lado os judeus, e de outro o Diabo a suas hostes infernais. Esse conflito fará com que o Messias, esperado também pelos judeus, seja considerado o Anticristo, uma configuração da maldade judaica e do Diabo. A Igreja antecipa o Milênio, prevendo uma luta entre esses dois agrupamentos e sataniza os judeus: desde os Padres fundadores da Igreja (Tertuliano, João Crisóstomo e S. Jerônimo, por exemplo) concebem os judeus como exemplo do mal e representantes do Diabo (FELDMAN, 2004).

Esse é o panorama geral, mas separemos o período em épocas distintas. Na alta Idade Média os interesses dos senhores no uso dos judeus como comerciantes, numa sociedade autossuficiente e com limitado comércio, permitira aos judeus sobreviver sem perseguições notáveis. As exceções se fazem no reino visigótico no século VII onde perseguições e conversões forçadas, criaram um conflito da Igreja e da monarquia em relação aos judeus e posteriormente aos convertidos, acusados de infidelidade e apostasia (FELDMAN, 2005). Já o Império Carolíngio não permitiu perseguições. E a Igreja na alta Idade Média, sob a orientação do papa Gregório Magno (590-604), foi tolerante ainda

que mantendo as restrições: seguiu a *lex romana*, excluindo os judeus de muitas funções e de muitos espaços, mas não os perseguiu (FELDMAN, 2004). Eram a um só tempo, segregados e protegidos de maneira parcial, numa estranha e contraditória postura. Havia tempos e espaços restritos aos judeus: não circulavam livremente e não podiam manter relações sociais com os cristãos. E a sua “imagem” era repleta de malignidade. Essa visão dos judeus se manteve intacta: na alta Idade Média foi controlada e mantida sob uma espécie de “hibernação”, mas isso muda quando as condições socioeconômicas se alteram.

Esse panorama muda na baixa Idade Média. O ano Mil pode ser visto como um marco. As expectativas do Milênio e da segunda vinda do Redentor revelam-se um fracasso. Uma das razões poderia ser a teimosia judaica. Essa impaciência aumenta com as Cruzadas, nas quais se inicia um ciclo de violência antijudaica. As razões são diversas e não se pode adotar uma interpretação única. Tentaremos elaborar uma de maneira simplista, devido às dimensões deste artigo e do pretexto dele.

O crescimento demográfico gera uma expansão da Europa cristã reaparecendo cidades e surgindo novas, com um reaquecimento do comércio e do artesanato e de uma economia monetária. Novos grupos sociais surgem nas cidades com funções e visões de mundo novas: querem se expandir pelo artesanato e pelo comércio e para tanto se confrontam com outros interesses, de um lado a Igreja e a nobreza e de outro os comerciantes judeus, experientes e com capital. Esses são concorrentes “alienígenas”, ou seja, estranhos ao corpo social: devem ser excluídos para abrir espaço a nova “burguesia cristã”. As associações de comerciantes e artesões os excluem como seres “estranhos” ao corpo social e, portanto sem direitos nas novas cidades. Essa situação se assemelha a descrita por Scotson e Elias na sua obra *Estabelecidos e outsiders* (2000). Os cristãos seriam os estabelecidos e os judeus, um tipo de *outsiders* ou usando um termo contemporâneo, alienígenas.

A sociedade cristã não é um conjunto orgânico e unificado. Ainda assim, nesse momento convergem os interesses da Igreja na conversão dos judeus, com o dos grupos sociais em ascensão e interessados em excluir os judeus de suas funções socioeconômicas. Sem escolha, os judeus são obrigados a se dirigir para a última função que lhes restava: o empréstimo de dinheiro a juros. Não havia escolha, pois já antes do início da Idade Média perderam o direito de posse sobre escravos ou servos cristãos sendo excluídos do trabalho agrícola. Agora são alijados do comércio. Uma nova função socioeconômica é aberta para os judeus. Era algo visto com temor pela sociedade, uma função associada à malignidade. A usura era vista como uma atividade “contrária” a vontade divina, visto ser proibida nos textos bíblicos (*Deuteronômio* 23: 20). Seria a obtenção do lucro, sem haver qualquer tipo de produção ou elaboração da matéria prima: uma atividade não “natural” e, portanto de caráter demoníaca. Ganhar com o “tempo” sem produzir, era se apropriar da temporalidade, que pertencia apenas a Deus. A associação desta atividade com o Diabo foi fácil de ser propagada (LE GOFF, 1989).

Neste contexto, as crenças se transformam em um emaranhado de estereótipos antijudaicos: a associação dos judeus com os poderes do Diabo lhes transmitia uma aura de perigo e de conspiração. A concepção simbólica e belicista de sociedade que existia no medievo, cria um conflito “imaginário” entre Deus e a cristandade contra o Diabo e seus aliados judeus: o final dos tempos se prenuncia numa batalha terrível.

Os estereótipos são criados a partir de crenças antigas e por vezes, nos primórdios da cristandade haviam sido relacionadas pelos pagãos contra os cristãos. São reciclados e alterados e adquirem uma consistência que se configura como real. O preconceito permeia a realidade e torna os judeus seres perigosos e malignos. Uma dessas crenças foi o crime ritual, pelo qual uma criança cristã, às vezes um adulto, desaparecia, podendo ter sido afogada ou comida pelos lobos, sem se descobrir os vestígios ou restos mortais. Imediatamente se formulava a acusação que os judeus haviam sequestrado, torturado e martirizado esse cristão. Após matá-lo usavam seu sangue para a elaboração de pães ázimos (*matzá*) da Páscoa judaica.

Outra crença difundida era a profanação das hóstias: judeus adquiriam de maneira ilícita hóstias sacras e as “hostilizavam” com estiletos, fazendo-as sangrar. Isso se inseria na crença medieval de uma maneira aceitável, visto a doutrina da Igreja. A Igreja interpretava e dogmatizava a hóstia, como o corpo de Cristo. A confusão se configura extrema ao se mesclar o *Sabá* das bruxas com o *Shabat* ou Sétimo dia, que para os judeus era o dia do descanso e do estudo das Escrituras. O *Shabat* judaico se inicia no pôr de sol de sexta-feira e termina no pôr de sol do sábado. O *Sabá* das bruxas ocorria na noite de sexta-feira, de acordo as crenças medievais, associando-se assim um ao outro. Um breve texto didático sobre os judeus pode ser encontrado no livro *Viver nas cidades medievais*, de José Rivair Macedo, editado pela Ed. Moderna, no capítulo 11 que fala dos marginais e dos excluídos. Seu foco é a Baixa Idade Média. Claro e sucinto.

Já para os que querem ampliar suas leituras, o autor Hyam Maccoby escreveu a obra *Judaísmo em julgamento*: os debates judaico-cristãos na Idade Média, traduzida e editada no Brasil pela editora Imago, que trata das polêmicas que a Igreja travou com os sábios judeus para provar a invalidade do *Talmude*,<sup>3</sup> por não ser revelação e a existência de blasfêmias anticristãs em seu texto. O resultado foi em algumas vezes, como no debate de Paris que se queimaram exemplares do *Talmude*, na praça central diante da catedral de Notre Dame (MACCOBY, 1996).

A justificativa para o preconceito já existia. Muitas das crenças medievais eram de origem antiga ou tardo-antiga. Estavam nos escritos dos fundadores da Igreja, os denominados “Padres da Igreja” que já citamos anteriormente. Ora foram recicladas, ora foi o ponto de partida para novas crenças e estereótipos. Esses estereótipos se sedimentaram na sociedade medieval e seguiram existindo em países onde os judeus não viviam mais: haviam sido expulsos. A persistência das crenças e do preconceito é um fenômeno interessante: países sem judeus mantêm crenças antijudaicas enraizadas por séculos. O estereótipo e o ódio interétnico resistem no “sótão” da História. Os melhores exemplos se encontram nas obras literárias e cinematográficas que sugerimos como atividade, no trecho seguinte.

## **7 Recursos cinematográficos: sugestões pontuais**

Há dois filmes que podem servir para analisar a imagem do judeu na Idade Média. Um deles é um filme dos anos cinquenta que foi editado em DVD. É a versão de *Ivanhoé*, feita com os atores Robert Taylor e Elizabeth Taylor, tendo sido esta uma das musas do cinema por décadas. O filme foi lançado em 1952, pelo estúdio da Metro-Goldwyn-Mayer (MGM) pouco menos de uma década após o Holocausto. O impacto da chacina fez o personagem judeu ser redimensionado. Há uma releitura do autor da obra literária, pelo diretor do filme.

O herói é um cavaleiro denominado Ivanhoé que quer trazer de volta ao trono o rei Ricardo Coração de Leão, que fora sequestrado na volta da Terceira Cruzada. A obra de Sir Walter Scott, mescla de historiador e de romancista histórico escocês, foi escrita no início do século 19, sob o estilo da escola literária denominada Romantismo. Trata-se de uma busca de raízes medievais em pleno século das revoluções burguesas. O rei Ricardo é idealizado como sendo o defensor dos anglo-saxões oprimidos e detentor das qualidades éticas de um rei cristão, justo e corajoso. Já o usurpador do trono e irmão de Ricardo, o rei João sem Terra, encarna a fraqueza de caráter e se apoia nos invasores normandos: é um rei medroso, repleto de artimanhas e sem ética. O personagem judaico é secundário e aparece nas entrelinhas da obra: um exilado denominado “Isaac de York” usurário e sua bela filha Rebeca encenada por Elizabeth Taylor.

A concepção do judeu em Walter Scott é embasada numa compreensão medieval: enxerga no judeu um ser maligno e interesseiro, que só pensa em lucrar com a sua usura. A obra literária espelha a realidade preconceituosa antijudaica existente na Europa, tanto no século 19 quanto mais no medievo. O diretor do filme resgata sua imagem e coloca o judeu e sua filha no partido do rei Ricardo. Suas ações são decisivas para o sucesso da empreitada do justo e corajoso cavaleiro Ivanhoé. Trata-se de

uma interpretação da obra de sir Walter Scott, feita na Inglaterra, no período pós Segunda guerra mundial e do Holocausto. Uma releitura da imagem do judeu que se contradiz com a obra romântica de Walter Scott. O trauma da guerra e da chacina recente se insere na representação “fílmica”.

O segundo filme selecionado é polêmico e exige certa preparação no seu uso. É a filmagem relativamente recente da obra de Shakespeare *O mercador de Veneza*. Realizada na cidade de Veneza e com um ator do nível de Al Pacino, a obra faz justiça ao autor. Não reescreve e nem interpreta o foco preconceituoso do grande autor britânico. William Shakespeare não conhecia os judeus; estes haviam sido expulsos das Ilhas Britânicas em 1290, pelo rei Eduardo I. Só voltaram a partir de Oliver Cromwell, quase um século depois de Shakespeare, que viveu no século dezesseis. E de maneira lenta e quase imperceptível ocorreu este retorno judaico.

O modelo do escritor era um modelo mítico e estereotipado: o judeu avarento e sanguinário, cruel e inimigo da Cristandade. O risco de se usar esse filme é agregar ao preconceito uma história de ficção, escrita com a destreza do autor e que está impregnada de preconceito e estereótipos medievais. Sugerimos uma cuidadosa elaboração prévia ao uso desse recurso: ensinar as raízes do preconceito, mostrar a construção dos estereótipos e sua “longa duração” que permitiu sua continuidade num reino sem a presença judaica. O estereótipo sobrevive aos fatos geradores do mesmo. O estereótipo carece geralmente de comprovação: é aceito pela religiosidade popular e mantido por gerações. Shylock, o mercador de Veneza, é um estereótipo que sobrevive ao tempo e demarca a permanência do preconceito, sem os motivos de sua criação. Há claras evidências que os estereótipos do cinema, da propaganda e da literatura nazista tenham no modelo de Shylock, um excelente parâmetro e inspiração.

### Observações finais

O estudo da história judaica medieval é uma excelente maneira de elucidar nas reflexões de estudantes a questão do preconceito milenar contra os judeus e a partir desse estudo entender outros tipos de preconceitos: contra negros, ciganos, estrangeiros e também a misoginia e a homofobia. O caso judaico é um típico modelo de “longa duração”. Há raízes que remontam ao final do mundo antigo, mas que se consolidaram no medievo.

Refletir sobre o aporte cultural judaico no Ocidente e analisar as difíceis relações entre cristãos e judeus através dos séculos, pode ajudar a esclarecer as origens dos preconceitos, e aproximar as pessoas da diversidade religiosa, cultural e étnica.

-----

\* **Sergio Alberto Feldman** é Professor Adjunto de História Medieval na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduado na Universidade de Tel Aviv (Israel), Mestre em História Social pela USP e Doutor em História Medieval pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Trabalhou mais de 25 anos em escolas judaicas nas localidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba, como professor e coordenador de Cultura Judaica. Atua também na História Antiga com ênfase na História Bíblica.

---

### Notas

<sup>1</sup> A historiografia marxista tem uma diversidade muito grande. A partir do ensaio de Karl Marx *Sobre a questão judaica* (no original alemão *Zur Judenfrage* (uma edição brasileira é MARX, K. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969), se desenvolveu a concepção de “povo-classe” e a ideia de que os judeus segregados no alto medievo serviam para manter as estruturas sociais e econômicas intactas, funcionando como um estamento intermediário no sistema ou modo de produção feudal. Isso

---

explicaria sua sobrevivência e a discriminação que sofreram. Vários pensadores marxistas refletiram sobre isso, até mesmo Lênin e Stalin. A obra que sugerimos aos interessados é a de Abraham Léon: *The Jewish question (A questão judaica ou A concepção materialista da questão judaica* em duas de suas traduções em português).

<sup>2</sup> Há diversas legislações de inspiração cristã seja no Baixo Império Romano, seja nos reinos bárbaros que o sucederam no Ocidente que proibem a posse de escravos cristãos ou pagãos por senhores judeus. Já a servidão era feita por meio de um ritual sagrado em que as fórmulas continham expressões relacionadas à Trindade e a conceitos cristãos: servos e senhores deveriam ser cristãos. Não havia como judeus manterem escravos ou servos cristãos ou pagãos, salvo por algumas semanas, se fossem traficantes de escravos. Ver: FELDMAN, Sergio A. Judeus, escravos e proselitismo na Espanha visigótica. *História: questões & debates*, Curitiba, n. 37, p. 145-157, 2002.

<sup>3</sup> O *Talmude* é a Lei oral judaica que foi criada pelos sábios e rabinos através dos séculos e editada em algumas coletâneas, das quais a *Mishná* (repetição da Lei) e duas *Guemarat* são os pilares do *Talmude*.

## Referências

BEN SASSON, Haim Hillel. Historia del pueblo judío: 2. la Edad Media. In: \_\_\_\_\_. *Historia del pueblo judío*. Madrid: Alianza, 1988.

GRAYZEL, Salomon. *A History of the Jews*. Philadelphia: The Jewish publication society of America, 1947.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FELDMAN, Sergio Alberto. *De civis romanii a nefariam sectam: a posição jurídica da minoria judaica no Codex Theodosianus (séc. IV e V)*. *Revista da SBPH*, Curitiba, SBPH, n. 21, p. 7-16, 2001.

FELDMAN, Sergio Alberto. A Igreja e a "questão judaica": de Eusébio de Cesaréia a Gregório Magno. *Boletim do CPA*, Campinas: Unicamp, v. 17, p. 131-154, 2004.

FELDMAN, Sergio Alberto. Isidoro de Sevilha e a desmontagem do Judaísmo. *Relações de poder, educação e cultura na Antiguidade e Idade Média*, Santana do Parnaíba: Solis, v. 1, p. 341-352, 2005.

FELDMAN, Sergio Alberto. Os judeus no imaginário medieval. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, Curitiba, v.11, p. 81-92, 1999.

FRIDLIN, Jairo (Org.). *Sidur completo*. São Paulo: Sefer, 1997.

HADDAD, Gérard. *Maimônides*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

LANDMANN, Jayme. *Judaísmo e medicina*. São Paulo: Imago, 1993.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: a usura na idade média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MACCOBY, Hyam. *O judaísmo em julgamento: os debates judaico-cristãos na idade média*. Rio de Janeiro, 1996.

SARTRE, Jean Paul. *A questão judaica*. São Paulo: Ática, 1995.

SCOTSON, John ELIAS, Norbert. *Estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

UNESCO. *Vida e valores do povo judeu*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

## Enciclopédias Judaicas em português

KOOGAN, A. (Ed.) *Biblioteca Enciclopédica Judaica*. Rio de Janeiro: Koogan, 1990.

KOOGAN, A.; ROSS, R. *Biblioteca de Cultura Judaica*. Rio de Janeiro: Tradição, 1967.

---

**Obras básicas gerais (manuais de história judaica traduzidos ao português) <sup>3</sup>**

BORGER, H. *Uma história do povo judeu*. v. 2 São Paulo: Sefer, 1999.

FONTETTE, F. *História do antissemitismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

FLANNERY, E. H. *A angústia dos judeus: história do antissemitismo*. São Paulo: Ibrasa, 1968.

GOLDBERG, D.; RAYNER, J. *Os judeus e o Judaísmo*. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

JOHNSON, Paul. *História dos judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

POLIAKOV, Leon. *De Cristo aos judeus da corte*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

POLIAKOV, Leon. *De Maomé aos marranos*. São Paulo: Perspectiva, 1984.